

A gênese do tenentismo no Brasil e as revoltas tenentistas na Primeira República.

Amilcar Guidolim Vitor¹

Resumo: O artigo trata sobre o papel de destaque que o Exército passou a desempenhar no cenário político brasileiro a partir da Proclamação da República, principalmente com o objetivo de expor e analisar o processo de formação do movimento tenentista, o qual contou com a participação de jovens oficiais formados na Escola Militar do Realengo e que na década de 1920 lideraram movimentos rebeldes de oposição ao governo federal, resultando em revoltas nos anos de 1922, 1924, e como consequência disso, gerando a marcha da Coluna Prestes, uma guerrilha comandada por Luiz Carlos Prestes e outros oficiais do Exército, que com um efetivo formado por militares e civis percorreu mais de vinte mil quilômetros pelo Brasil por mais de dois anos visando à deposição dos presidentes Artur Bernardes e Washington Luís, na busca por aquilo que classificavam como regeneração da política brasileira, baseados na ideia de que os militares seriam capazes de liderar esse processo.

Palavras-Chave: Militares; Tenentismo; Revoltas; Primeira República.

Resumen: El artículo aborda el papel destacado que el Ejército comenzó a jugar en la escena política brasileña desde la Proclamación de la República, principalmente con el objetivo de exponer y analizar el proceso de formación del movimiento tenentista, que contó con la participación de jóvenes oficiales graduados en la Escuela Militar del Realengo y en la década de 1920 lideró movimientos rebeldes que se oponían al gobierno federal, lo que provocó revueltas en los años 1922 y 1924 y, como consecuencia, encabezó la marcha de la Columna Prestes, una guerrilla dirigida por Luiz Carlos Prestes y otros oficiales del Ejército, quienes, con una fuerza militar y civil, viajaron más de 20,000 kilómetros a través de Brasil durante más de dos años, buscando la expulsión de los presidentes Artur Bernardes y Washington Luís, buscando lo que calificaron como la regeneración de la política brasileña, basado en la idea de que los militares podrían liderar este proceso.

Palabras llave: Militar; Tenentismo; Revuelta; Primera República.

La génesis del tenentismo en Brasil y las revueltas tenentistas en la Primera República.

¹ Licenciado em História pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI - Campus Santo Ângelo/RS; Mestre em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria/RS; Doutorando em História na linha de pesquisa de Memória e Patrimônio no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria/RS; Professor do Departamento de Ciências Humanas da URI - Campus Santo Ângelo/RS. Contato: amilcar_vitor@yahoo.com.br

1. Introdução

Desde a Guerra do Paraguai (1864-1870) o Exército passou a ter uma atuação progressivamente destacada nos desdobramentos políticos do Brasil. Foi durante o conflito que se formou uma instituição que dali em diante estaria presente nos principais acontecimentos que modificariam as estruturas políticas do país, como a Proclamação da República em 1889, o movimento de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder, e ainda no golpe de 1964 que implantou uma ditadura liderada por militares que duraria vinte e um anos. Além disso, também faziam parte da caserna os jovens oficiais que nos movimentos de 1922, 1924 e na marcha da Coluna Prestes protagonizaram ações rebeldes em oposição aos governos dos presidentes Epitácio Pessoa, Artur Bernardes e Washington Luís. Assim, para entender a atuação dos “tenentes”² nos anos 1920 é preciso verificar as mudanças que ocorreram na estrutura e condição do Exército enquanto instituição, principalmente a partir da segunda metade do século XIX.

A partir da década de 1880 o Exército passou a desempenhar um papel ativo nas articulações políticas que promoveram a derrocada da Monarquia. Para José Murilo de Carvalho (1987) havia entre os oficiais do Exército insatisfação quanto ao que consideravam limitações de seus direitos de cidadania, insatisfação esta que foi aumentando nos anos 1880 e se expressou na ideia do soldado-cidadão. Esses militares queriam eliminar as distâncias que os separavam do mundo civil através da reivindicação da condição de plenos cidadãos, apelando ao direito de reunião e livre manifestação da opinião tendo em vista dar maior peso às decisões políticas para a corporação militar.

Essa ideia do soldado-cidadão passou a ser uma referência no Exército ao final do século XIX defendendo que os militares eram livres para manifestarem opinião na imprensa e indo na contramão do que estabelecia desde o final da Guerra do Paraguai o Regulamento Disciplinar do Exército. Formava-se assim, uma questão disciplinar na caserna e na sua relação com as autoridades monárquicas, a qual seria decisiva no que se refere ao apoio dos militares a Proclamação da República (SILVA; CARNEIRO, 1975). Para Carvalho (2006)

² O uso da expressão tenentes acabou por aglutinar os oficiais que fizeram parte do movimento tenentista, na medida em que os oficiais que ocupavam esta patente eram, em sua maioria, jovens tenentes recém-formados na Escola Militar do Realengo. Entretanto, nos movimentos rebeldes de 1922 e 1924, capitães, coronéis e até generais fizeram parte das ações. De acordo com Borges (1992, p. 20): “A designação de ‘tenentes’ surge em 1931, quando o termo ‘tenentismo’ se generaliza, referindo-se a uma ‘corrente’, um ‘partido dos tenentes’, que é visto como muito forte na cena política”.

existia uma relação entre a concepção do soldado-cidadão e o positivismo³ dos jovens oficiais adeptos das ideias disseminadas no Brasil por Benjamin Constant.

Destaca-se, nesse ponto, a visão de Boris Fausto (1970) quanto à condição e a atuação dos militares na recém-criada República, principalmente no que se refere a sua posição institucional como membros do Exército que, com a mudança de regime, passaria a intervir com mais protagonismo nas questões políticas do país. Como veremos no artigo, houve um importante debate na historiografia do tenentismo acerca dos fatores que teriam levado os jovens oficiais de baixa patente a serem os responsáveis por liderarem movimentos em oposição aos presidentes dos anos 1920.

Dessa forma, o objetivo desse artigo é traçar um perfil de como o Exército se constituiu como instituição no início do século XX e, principalmente, como se deu a formação dos oficiais na Escola Militar do Realengo, especialmente aqueles que a partir de 1922 se insubordinaram contra a estrutura do regime republicano que o próprio Exército auxiliou a consolidar. Assim, torna-se relevante compreender que tipo de formação militar receberam e que fatores influíram para que se sublevassem nas revoltas de 1922 e 1924, assim como na marcha da Coluna Prestes. Cabe destacar que o texto é parte da pesquisa de doutorado que está sendo desenvolvida na linha de memória e patrimônio do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria/RS, investigando a história e a memória da Coluna Prestes no Rio Grande do Sul a partir de jornais e inquéritos policiais da Chefatura de Polícia do Estado.

2. A gênese do Tenentismo no Brasil.

A mudança de regime ao final do século XIX significou para o Exército uma nova perspectiva em relação ao papel desempenhado pela instituição e seus membros na sociedade que se organizava com a República. A oposição construída contra a autoridade monárquica fortaleceu o espírito militar de que a nova ordem política significaria o protagonismo que ansiavam desde a Guerra do Paraguai. Apesar de a condução dos destinos políticos do país ter

³ “O positivismo é uma corrente de pensamento cujos princípios básicos foram formulados pelo pensador francês Augusto Comte (1798-1857). Comte considerava ser a ditadura republicana a melhor forma de governo para as condições de sua época. A ditadura republicana concebida por Comte implicava a ideia de um governo de salvação no interesse do povo. Nos meios militares brasileiros, a influência do positivismo só raramente se deu pela aceitação ortodoxa de seus princípios. A ditadura republicana assumiu a forma de defesa de em Exército forte e intervencionista, capaz de modernizar o país. O positivismo com sua ênfase na ação do Estado e na neutralização dos políticos tradicionais continha uma fórmula de modernização conservadora do país, que era muito atraente para os militares” (FAUSTO, 1999, p. 232-233).

sido retomada pelos civis a partir de 1894, a presença do Exército em eventos marcantes da Primeira República seria uma constante, algo que estava também relacionado à reorganização da formação intelectual e profissional desses militares.

De acordo com Marcus Fernandes Marcusso (2015) o decreto nº 330, de 12 de abril de 1890 promulgava o regulamento que reorganizava o ensino militar adequando-o aos novos tempos republicanos. Assinado pelo Ministro da Guerra Benjamin Constant e pelo chefe do governo provisório marechal Deodoro da Fonseca, o decreto explicitava o novo sentido do ensino militar dando destaque a condição do soldado como cidadão armado e munido de uma educação científica que o habilitasse para exercer seus deveres não apenas militares, como sociais também. Dessa forma, o soldado brasileiro estaria preparado para o aperfeiçoamento da arte da guerra sem desviá-lo dos seus deveres como cidadão.

A doutrina do soldado-cidadão⁴ era colocada em prática ao mesmo tempo em que se demonstrava preocupação com a formação profissional na instituição. De acordo com McCann (1982), nas duas primeiras décadas do século XX, o soldado profissional adotou a ideia do soldado-cidadão como um veículo para reformar o Exército provocando uma ampliação da influência do poder e dos papéis da instituição. Por outro lado, para João Quartim de Moraes (2005), foi a doutrina do soldado-cidadão a responsável por incutir nos militares a rejeição na obediência passiva que acabou por alimentar a insatisfação corporativa e a constante agitação política que envolvia os militares.

A nova mentalidade na estrutura de formação militar, especialmente dos oficiais, apareceu já no início do século XX. Em 1904 aconteceu a revolta na Escola Militar da Praia Vermelha no contexto das agitações que tomaram conta da cidade do Rio de Janeiro, onde movimentos populares começaram a reagir frente às políticas sanitaristas, higienistas e de reurbanização (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Dentre estes movimentos destaca-se a Revolta da Vacina que se constituiu em uma reação contra a vacinação obrigatória contra doenças, como varíola e febre amarela, sendo o reflexo da falta de informação que invariavelmente levou parte da população a se manifestar sendo violentamente reprimida pelo Estado. Em oposição à política autoritária do governo, tiveram participação ativa no movimento oficiais e alunos da Escola Militar da Praia Vermelha. Para McCANN (2009, p. 136): “Longe de ser uma rebelião quixotesca contra a vacinação compulsória, o levante de 1904 visava, nas palavras do conspirador coronel Inocêncio Serzedelo Correia, à completa renovação da nação por meio da destruição da presente ordem e da completa mudança do

⁴ Perspectiva defendida pelo Historiador José Murilo de Carvalho (2006).

cenário político”. De acordo com Celso Castro (2012), o levante da Escola Militar teve na revolta popular contra a vacina um pretexto, pois o grande alvo da rebelião era a política dos governadores e sua lógica de favorecimento político às oligarquias do centro do país.

Desarticulada a revolta, a escola da Praia Vermelha foi fechada ainda em 1904. Para Moraes (2005), o fechamento da instituição pode ter significado desativar o foco positivista que desde o período imperial atraía os militares, apesar de não ter sido capaz de cessar a mobilização política nos quartéis e a intervenção do Exército na luta pelo poder. Segundo o autor, o próprio movimento tenentista dos anos 1920 constitui uma prova de que a postura desestabilizadora dos militares ao longo da Primeira República não se explica pelo uso subversivo da doutrina positivista.

A partir de 1905 teve início uma reforma no Exército, especialmente a partir de novo regulamento promulgado e assinado pelo presidente Rodrigues Alves. Segundo Marcusso (2015) o aumento do número de escolas promoveu uma descentralização na educação militar e na formação dos oficiais, também revelando uma preocupação com a formação de um novo tipo de oficial, qual seja, profissional, técnico e apolítico. Corroborando tais argumentos, McCann (2009) destaca que o ensino deveria privilegiar a experiência prática, limitando os estudos teóricos a disciplinas não militares manifestando a intenção de pôr fim aos “doutores tenentes” e “doutores coronéis”, acabando com o bacharelismo militar.

A gestão de Hermes da Fonseca a frente do Ministério da Guerra entre 1906 e 1909 foi marcada por outras tentativas de reforma do Exército, especialmente em questões que o ministro entendia serem fundamentais para o reaparelhamento da força militar, como minimizar as precariedades da tropa, rever o tamanho do efetivo, considerado inferior em relação ao século XIX, assim como reorganizar o Estado-Maior. Em 1908 o Congresso aprovou uma nova lei do serviço militar obrigatório destinado a fazer do Exército um corpo treinado em constante processo de crescimento e aperfeiçoamento. Apesar disso, tal lei teve início apenas oito anos depois, influenciada pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Hermes da Fonseca também buscou sintonizar o Exército brasileiro com as tendências mais modernas no plano militar internacional, estreitando relações diplomáticas com a Alemanha e enviando oficiais brasileiros para estagiar no Exército alemão. De acordo com Carvalho (2006) foram enviadas turmas em 1906, 1908 e 1910 visando absorver o espírito da organização militar alemã. Retornando ao Brasil estes oficiais foram pejorativamente chamados de “jovens turcos” por associação aos partidários de Mustafá Kemal, presidente da Turquia, que realizaram estágio semelhante e efetivaram reformas nas Forças Armadas turcas.

Conforme Coelho (2000) os oficiais brasileiros enviados a Alemanha iniciaram uma intensa campanha de aperfeiçoamento profissional construindo a ideia de que a função primordial do Exército consistia na defesa externa e que isto só poderia ser feito com uma força militar profissional bem treinada e equipada, sobretudo excluída das lutas político-partidárias.

Com o Regulamento Militar de 1913, criou-se a Escola Militar do Realengo, instituição de formação de oficiais de onde saíram alguns dos principais líderes do movimento tenentista, como Luiz Carlos Prestes, Juarez Távora e Antônio de Siqueira Campos. Buscava-se com a nova escola construir a formação dos oficiais de modo a aliar uma sólida formação teórica com a prática. Entretanto, velhos problemas enfrentados pela corporação desde o século XIX, como as condições precárias de infraestrutura, continuavam existindo. Situações como esta seriam exploradas por oficiais descontentes com as condições materiais do Exército tanto nos movimentos de 1924 quanto em 1925 e 1930 (COELHO, 2000).

De acordo com Daniel Aarão Reis (2014), em contraste com a Escola Militar da Praia Vermelha, superpoliticizada e cidadã, a formação dos oficiais do Realengo apontava para uma perspectiva profissional. Segundo o autor, o próprio Luiz Carlos Prestes, que viria a ser uma das principais lideranças do tenentismo, afirmaria em várias entrevistas não se recordar sobre nenhuma discussão acerca da Revolução Russa de 1917 e nem mesmo sobre as grandes greves de 1917 e 1918 em São Paulo e no Rio de Janeiro. Na esteira desse processo foi criada em 1913 a revista *A Defesa Nacional*, publicação destinada a servir como um mecanismo de difusão entre os oficiais e o Exército acerca da renovação da formação profissional dos membros das Forças Armadas (GRUNENVALDT, 2005).

Conforme McCann (2009), os “jovens turcos”, grupo que estava à frente da revista, entendia que a defesa externa era a principal função do Exército, apesar de também verificarem que a instituição não devia estar alheia à sociedade e seus desdobramentos. Serem apolíticos, para eles, significava que os oficiais devessem manter-se fora da política partidária e de todas as outras atividades extra institucionais a fim de concentrar energias no aperfeiçoamento do Exército. Porém, havia uma cisão nas perspectivas do soldado cidadão e do soldado profissional entre os oficiais, e foram essas concepções que nos anos 1920 promoveram o rompimento dos militares com governos civis que sustentavam a estrutura oligárquica. Com a República, a condição institucional do Exército na sociedade brasileira foi se modificando e é inegável que sua posição no que se refere aos assuntos políticos foi alterada significativamente desde 1889.

O ano de 1919 voltou a provocar mudanças na estrutura de formação dos oficiais com a implantação de um novo regulamento para a escola militar, fruto do impacto da Primeira Guerra Mundial. Com a intenção de aprimorar pontos específicos de normativas anteriores, o documento dava mais importância às matérias que compunham o ensino prático (MARCUSO, 2015). Neste contexto, um grupo de oficiais brasileiros assumiu as instruções de ensino militar na Escola do Realengo, ficando conhecido como “Missão Indígena”. Para Rodrigues (2010) essa denominação estava ligada a tentativa de se implantar uma missão militar formada por instrutores nacionais e com uma cultura militar própria, ainda que em muito influenciada pelos militares que estagiaram no Exército alemão. Também em 1919, rompendo com a tradição republicana de indicar ministros militares para a pasta da guerra, o presidente Epitácio Pessoa nomeou o civil Pandiá Calógeras, o qual colocou em prática a partir de 1920 a instalação da Missão Militar Francesa, um grupo de militares franceses comandados pelo general Maurice Gamelin que tinha como objetivo o estímulo à modernização e aperfeiçoamento profissional do Exército brasileiro, incluindo reformulações nas escolas, currículos, diretrizes e regulamentos militares.

No que se refere à historiografia sobre o tenentismo foram produzidas algumas linhas interpretativas sobre o que teria sido predominante para a sublevação dos jovens oficiais a partir de 1922, se sua origem social oriunda das camadas médias urbanas que necessitavam de representatividade frente às elites políticas e econômicas dominantes da República, se sua condição na estrutura estatal enquanto membros das Forças Armadas produzindo uma espécie de identidade militar habilitada a intervir politicamente frente aos desmandos dos condutores dos destinos republicanos, ou se ambas as linhas interpretativas visando evitar a construção de uma concepção totalizadora acerca do que motivou os “tenentes” a intervirem a partir de 1922.

A primeira linha interpretativa ganhou força a partir da obra *O sentido do Tenentismo*, de Virgínio Santa Rosa, publicada em 1933. Para o autor, os oficiais do tenentismo eram oriundos das camadas médias urbanas⁵ e encarnavam os anseios e o mal estar da pequena burguesia frente ao sistema centralizador e oligárquico republicano que alijava estes grupos do processo político e da incipiente modernização econômica pela qual passava o país com o

⁵ De acordo com Décio Saes (1975) a expressão camadas médias urbanas serve para designar aqueles setores da população urbana que, não sendo detentores do capital, realizam trabalho predominantemente não manual, quer trabalhando por conta própria, quer vendendo sua capacidade de trabalho a terceiros. Reúne grupos sociais sem participação direta no processo da produção (profissionais liberais, funcionários públicos) e frações de classe pouco propensas a uma atuação política conjunta com o mais radical segmento de classe, como os trabalhadores da indústria, proletários.

processo de industrialização. Daí os militares da baixa oficialidade representarem a força capaz de fazer frente a este sistema, o que se configuraria a partir de 1922 e resultaria no colapso do regime em 1930. Dadas algumas diferenças de abordagem, também seguiram essa linha interpretativa, autores como Nelson Werneck Sodré (1985), Edgar Carone (1975), Abguar Bastos (1986) e Hélio Jaguaribe (1972).

Por outro lado, especialmente a partir dos anos 1970, surgiu uma segunda linha interpretativa acerca das motivações dos oficiais se rebelarem na década de 1920. Para esta linha, o que pesou para que as insurreições tenentistas se efetivassem a partir de 1922 não seria necessariamente a origem dos militares da baixa oficialidade nas camadas médias urbanas, mas sim, sua própria condição institucional enquanto membros das Forças Armadas, o que lhes daria a capacidade e possibilidade de intervir em um momento de crise do sistema político conduzido pelos governos civis. Nesta perspectiva analítica enquadram-se os trabalhos precursores de Boris Fausto (1970), Paula Beiguelman (1973), Décio Saes (1975) e, posteriormente, José Augusto Drummond (1986), os quais vão entender que os “tenentes” não representaram um projeto político ou social das camadas médias urbanas, mas, sobretudo, assumiram um compromisso institucional que revelou um movimento tipicamente militar em sua forma. Ainda seguindo essa linha de pensamento, Edmundo Campos Coelho (2000) e Frank McCann (2009) apontam os problemas internos e estruturais da própria organização do Exército enquanto instituição como predominantes para a ação insurrecional do movimento tenentista.

Por fim, existe ainda uma terceira corrente de análise sobre os fatores que desencadearam as ações tenentistas, a qual reúne autores como Paulo Sérgio Pinheiro (1977), Maria Cecília Spina Forjaz (1977) e Anna Maria Martinez Corrêa (1976). Para eles, dadas algumas diferenças de análises, pode haver uma conjugação entre a origem social dos “tenentes” nas camadas médias urbanas e a sua posição no aparelho institucional como elementos desencadeadores dos movimentos de 1922 e 1924. Desse modo, visando construir uma posição não absolutizadora que reduza as motivações dos “tenentes” como membros das camadas médias urbanas ou do aparato institucional do Exército para interferir no curso dos acontecimentos republicanos na década de 1920, Anita Leocádia Prestes (1991) defende que o movimento deve ser entendido levando-se em consideração as duas dimensões, além de evitar generalizações e posições subjetivistas e teleológicas.

3. As rebeliões tenentistas de 1922, 1924 e a marcha da Coluna Prestes.

O início da década de 1920 no Brasil foi um período marcado por um processo cada vez mais evidente em relação às contradições do sistema republicano, especialmente do ponto de vista político e econômico. A manutenção da política dos governadores e a centralização das decisões com o comando da República concentrado e alternado apenas com representantes da região sudeste do país, além de um processo eleitoral fraudulento e excludente, fazia com que as fissuras do sistema implantado em 1889 ficassem cada vez mais evidentes.

Nesse contexto, independente de os “tenentes” pertencerem às camadas médias urbanas ou ao corpo institucional do Exército, e por consequência da própria estrutura de poder da República, esse grupo contou não apenas com as motivações para se rebelar, mas também a possibilidade de empreender a rebelião, algo que não se apresentava de maneira favorável ao movimento operário ou as classes médias. Anita Prestes (1991) entende que os “tenentes” reuniram uma série de condições específicas que permitiram transformar-se na vanguarda política da luta contra o domínio oligárquico da burguesia cafeeira e seus aliados. Além de disporem das armas, estavam organizados em uma instituição de caráter nacional estabelecendo contatos por todo o país. Tinham também um nível cultural acima da média, o que lhes facilitava assumir a liderança das massas urbanas.

A campanha para as eleições presidenciais de 1922 representou o momento em que as forças políticas e econômicas beneficiadas pela estrutura da distribuição do poder na Primeira República foram contestadas. A formação da Reação Republicana⁶ em 1921 significou a tentativa de quebrar o sistema de monopólio e controle político fundamentado na política dos governadores e no coronelismo⁷. Para Anita Prestes (1993) a formação da Reação Republicana revelava a divisão ocorrida na classe dominante, ao mesmo tempo em que novos grupos sociais irrompiam no cenário nacional reivindicando a moralização dos costumes políticos e mudanças no sistema eleitoral que permitissem as oposições ingressarem no fechado circuito político das elites que governavam o país.

⁶ “Articulação formada em 1921 pelas forças políticas vinculadas aos Partidos Republicanos do Distrito Federal e dos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco, insatisfeitos com a escolha do mineiro Artur Bernardes para a sucessão presidencial de Epitácio Pessoa” (PRESTES, 1993, p. 17).

⁷ “Sistema baseado no controle sobre o voto através de negociação entre esses chefes locais e os governadores dos estados, e destes com o presidente da República. O coronel seria um dos elementos formadores da estrutura oligárquica tradicional brasileira baseada em poderes personalizados e nucleados, geralmente, nas grandes fazendas e latifúndios brasileiros” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 322).

O grande estopim para o desenvolvimento de uma ferrenha oposição militar a candidatura de Artur Bernardes veio com o episódio das cartas falsas⁸ divulgadas pelo jornal *Correio da Manhã*, que mesmo depois de sendo comprovadas como inverossímeis demonstravam toda a animosidade entre membros do Exército e o governo, que pleiteava a continuidade de seu projeto oligárquico. Mesmo com o episódio das cartas e a oposição de parte dos militares, a eleição de Artur Bernardes se concretizou em março de 1922, o que não evitou que conspirações, principalmente entre a baixa oficialidade, fossem desenvolvidas para impedir a posse do escolhido.

O episódio que veio a desencadear o primeiro levante tenentista de julho de 1922 esteve diretamente relacionado às eleições em Pernambuco, onde grupos ligados a Nilo Peçanha e Artur Bernardes, que haviam se enfrentado nas eleições presidenciais, disputavam o governo do Estado. As disputas políticas locais costumavam ser acirradas e envolviam o emprego da violência. O Exército foi acionado e o ex presidente Hermes da Fonseca, na condição de presidente do Clube Militar, enviou telegrama solicitando que as unidades militares não tomassem partido nos conflitos, desagradando profundamente o presidente Epiácio Pessoa e o ministro da Guerra Pandiá Calógeras. Em 2 de julho, Pessoa determinou a prisão de Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar por seis meses. Mesmo com o relaxamento da prisão do marechal no dia seguinte, a situação impulsionou a deflagração do primeiro grande levante liderado pelos jovens “tenentes” (SILVA, 1964).

Devido à falta de organização e vacilações na estrutura do movimento, o levante projetado para eclodir em âmbito nacional ficou limitado a três focos, no Rio de Janeiro, a Vila Militar, onde foi imediatamente sufocado; a Escola Militar do Realengo; e o Forte de Copacabana, além de tentativas de sublevação em Niterói e em Campo Grande, no Mato Grosso. A unidade que efetivamente se sublevou foi o Forte de Copacabana liderado pelo capitão Euclides da Fonseca, filho do marechal Hermes, juntamente com Antônio de Siqueira Campos e Eduardo Gomes. Após mais de 24 horas de resistência e a prisão de Euclides, a maior parte dos soldados que compunham o grupo capitularam. Os que restaram saíram em

⁸ Esse episódio é amplamente tratado por Hélio Silva (1964). Em outubro de 1921 o jornal *O Correio da Manhã* divulgou duas cartas atribuídas ao candidato à presidência Artur Bernardes endereçadas ao senador Raul Soares. A primeira carta datada de 3 de junho de 1921 era a mais ofensiva em relação aos membros das Forças Armadas, especialmente ao marechal Hermes da Fonseca, demonstrando irritação com o jantar oferecido pelo marechal em ocasião do lançamento de sua candidatura a presidência da República. O jantar era classificado por Bernardes como uma orgia. Também se referia ao marechal como “sargento sem compostura” e que o militar precisava de uma reprimenda. Em um dos trechos lia-se: “[...] Veja se o Epiácio mostra agora a sua apregoada energia punindo severamente esses ousados, prendendo os que sahiram [sic] da disciplina e removendo para bem longe esses generaes [sic] anarchisadores [sic]. [...] A situação não admite contemporisações [sic] os que forem venaes [sic], que é quase a totalidade, compre-os com todos os seus bordados e galões” (SILVA, 1964, p. 61).

caminhada pela praia de Copacabana em direção às tropas governistas, imortalizando a imagem heroica dos 18 do Forte⁹. Desarticulado o movimento, restaram as representações que acabaram por transformar o fato em um grande símbolo da insurreição dos “tenentes” contra o autoritarismo do governo de Epitácio Pessoa. Tanto os jornais *Correio da Manhã* quanto a *Gazeta de Notícias* se encarregaram de representar os acontecimentos de maneira heroica. De acordo com Reis (2014, p. 37): “Os ‘Dezoito do Forte’ que passaram à história foram criados pela Gazeta de Notícias que, no dia seguinte, em manchete divulgou o número. Por ter caído no gosto do público, a preguiça intelectual encarregou-se de repeti-lo à exaustão. O resultado, como quase sempre, foi que a lenda se converteu em história”.

Apesar dos objetivos não alcançados com o levante de 5 de julho de 1922, os militares que se insurgiram não apenas contra a eleição de Artur Bernardes, mas contra o sistema republicano e sua organização naqueles anos 1920, inauguraram o movimento tenentista que teria repercussões diretas pelo menos até 1935¹⁰. Acima de tudo aqueles eventos evidenciavam que não havia unidade nas Forças Armadas, muito menos um programa ou projeto definido de intervenção, seja nas questões econômicas, sociais ou até mesmo políticas contra as quais se insurgiram. Os membros da baixa oficialidade que protagonizaram a insurreição não agiam naquele momento em nome das classes médias ou operárias, mas, principalmente, em nome do próprio Exército enquanto instituição e na sua condição enquanto militares, precarizada pela estrutura oferecida a caserna ou ultrajada pelo poder político exercido pelos civis. Conforme Aragão (2012, p. 22): “Pegavam em armas para um desagravo à instituição e para a moralização da República, pois entendiam que, sem isso, estando o Exército subordinado ao poder civil, nada poderia ser feito”.

Mesmo com o fracasso de 1922 essa ideia de que os militares poderiam representar a única força capaz de frear os desmandos da estrutura de poder montada pela República continuou forte entre os membros da baixa oficialidade. Entediam que os militares representavam uma força regeneradora das instituições. O ano de 1924 trouxe não apenas novas insurreições dos “tenentes”, mas a construção de um movimento mais organizado e

⁹ Conforme Daniel Aarão Reis (2014) depois de iniciada a troca de tiros mais intensa sobraram apenas nove. Houve oito mortos, dois oficiais (Newton Prado e Mário Carpenter), um graduado (José Pinto de Oliveira, mecânico-eletricista), um civil (Otávio Costa), e quatro soldados (Manuel Antônio dos Reis, Hildebrando da Silva Nunes e dois de nomes desconhecidos). Dois oficiais ficaram gravemente feridos, mas sobreviveram, Siqueira Campos e Eduardo Gomes.

¹⁰ Tese defendida por DRUMMOND (1986). Outro importante estudo que demonstra a influência de militares na organização da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e nos levantes de 1935 foi desenvolvido por Marly Vianna (2011).

articulado que resistiria bem mais do que poucos dias e traria consequências significativas que levariam ao colapso do sistema republicano em 1930.

Os processos e prisões dos envolvidos nos levantes acabaram por manter e ampliar um clima de descontentamento com o governo. Artur Bernardes assumiu a presidência da República em novembro de 1922 e impôs punições aos revoltosos baseado no Código Penal em detrimento do Código de Justiça Militar. Algumas lideranças da revolta, como Siqueira Campos e Eduardo Gomes, beneficiados por habeas corpus, decidiram partir para o exílio, enquanto outros foram presos. As prisões acabaram por concentrar muitos dos envolvidos na sublevação, bem como atrair novos simpatizantes a causa, garantido assim, a continuidade das conspirações (ARAGÃO, 2012). Para Drummond (1986) a prisão foi uma escola de recrutamento do movimento tenentista.

Na busca por lideranças as conspirações tomaram forma, especialmente a partir de janeiro de 1924 quando se confirmou a adesão do general da reserva Isidoro Dias Lopes e a articulação dos irmãos e capitães Juarez e Joaquim Távora, que percorriam guarnições do Exército, especialmente no Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro em busca de outras adesões a causa dos “tenentes”. Em 1924 Luiz Carlos Prestes servia no 1º Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo, na região noroeste do Rio Grande do Sul, para onde havia sido transferido depois do levante de 1922 no Rio de Janeiro. Foi nessa cidade que Prestes recebeu a visita de Juarez Távora, o qual articulava as ações de um novo movimento insurgente. Conforme Bindé (2006, p. 293): “A conspiração acontecia desde janeiro de 1924, quando Prestes recebeu a visita do então tenente Juarez Távora, cuja reunião foi feita em uma casa perto do acampamento do Comandá”.

Em um novo dia 5 de julho, agora em 1924, dois anos depois dos levantes no Rio de Janeiro, porém em São Paulo, uma nova etapa das rebeliões tenentistas se iniciou. O objetivo do movimento era a deposição do presidente Artur Bernardes, além das mesmas bandeiras levantadas em 1922 relacionadas à estrutura e condições das Forças Armadas. Também se continuava a oposição ao sistema republicano baseado no controle das elites políticas e econômicas, reivindicava-se o voto secreto e a moralização do sistema político.

Os desdobramentos dos acontecimentos em São Paulo entre os dias 5 e 28 de julho são minuciosamente abordados por Hélio Silva (1964), Edgar Carone (1975) e Anna Maria Martinez Corrêa (1976). A análise dos manifestos divulgados pelos rebeldes através da imprensa evidencia o programa do movimento, muito mais voltado às concepções dos próprios militares em relação ao que acontecia do que conectado com as demandas de outros

grupos sociais. Nos manifestos os militares destacavam que o movimento não era isolado, mas a nível nacional e com caráter patriótico. Enfatizavam o descontentamento com o governo Bernardes salientando a necessidade de substituição, alegando que os militares não almejavam postos, agindo por abnegação, altruísmo e patriotismo. De acordo com Corrêa (1976) os militares que se estabeleceram em São Paulo diziam-se revolucionários e seu objetivo seria o de restabelecer o respeito à Constituição. Já para o governo, eram considerados sediciosos e subversivos pretendendo alterar a ordem estabelecida.

Mais uma vez o descontentamento estava diretamente ligado à estrutura de poder organizada com a República, inclusive fazendo alusão ao papel que os próprios militares tiveram na proclamação em 1889. Utilizava-se a ideia de que eles representavam uma força regeneradora que haveria de retomar a moralidade das instituições, algo que era recorrente em outros manifestos e cartas trocadas entre os rebeldes. Na visão de Corrêa (1976, p. 2): “Sentiam então a necessidade de restaurar a República, nos moldes de 1889, livrando-a dos vícios criados pelos civis. Para isso se apegavam à Constituição que deveria, a todo custo, ser respeitada”. Para Boris Fausto (1999) a missão regeneradora que os “tenentes” diziam representar é um indício de que eles não tinham uma proposta clara de reformulação política, pretendendo dotar o país de um poder centralizado e estabelecer uma política nacionalista, reconstruindo o Estado para reconstruir a nação.

Mesmo com as vitórias iniciais que desorganizaram as tropas governistas e até mesmo as fizeram recuar, o comando do movimento rebelde não demonstrou unidade na tática a ser adotada. Isidoro Dias Lopes temia a chegada de novos destacamentos oficiais e não demonstrava confiança no ânimo de sua tropa, chegando a deliberar sobre a retirada do efetivo rebelde de São Paulo. Aos poucos o governo foi impondo rigoroso bombardeio sobre as posições rebeldes, o que influenciou não apenas na condição de resistência dos próprios soldados, mas no cotidiano da cidade com sua rotina de trabalho, seu comércio, sua vida de maneira geral.

A partir do dia 12 de julho os bombardeios das tropas federais foram intensificados sobre São Paulo, assim como foi mantida a resistência por parte do efetivo rebelde. Conforme Edgar Carone (1975), com a continuidade dos bombardeios, parte da população começou a deixar a cidade. Juarez Távora (1973) relata em suas memórias que a situação ficou ainda mais difícil a partir do dia 20 de julho, tanto pela dificuldade em estabelecer acordo para que cessassem os bombardeios quanto para reorganizar as forças espalhadas nas trincheiras de defesa das posições rebeldes. Corrêa (1976), Carone (1975) e Silva (1964) destacam que a

gravidade da situação levou Isidoro Dias Lopes a uma nova tentativa de armistício, o que foi negado pelas autoridades. Conforme Juarez Távora (1973), fracassados os esforços das autoridades locais e do comando revolucionário para limitar os bombardeios, os líderes do movimento decidiram empreender a retirada das forças na noite de 27 para 28 de julho, deslocando-se pelo eixo ferroviário que ligava São Paulo, Campinas e Bauru.

Com o fim do conflito em São Paulo e a concentração das forças revolucionárias paulistas na região de Foz do Iguaçu, o direcionamento das ações rebeldes ganhou novos contornos, tanto em relação à resistência que deveria ser empreendida pelos paulistas quanto à possibilidade de adesão em outras regiões do país. Conforme Prestes (1995) houve tentativas de sublevação em Manaus (AM), Óbidos (PA), Aracaju (SE) e Bela Vista (MT). Entretanto, nestes locais as forças rebeldes foram reprimidas e os movimentos não prosperaram.

Em outubro de 1924 veio do Rio Grande do Sul a força responsável por dar continuidade ao movimento. Estando espalhados por algumas guarnições militares, especialmente na região noroeste e na fronteira com a Argentina, diversos oficiais do Exército formaram um núcleo de conspiradores em território rio-grandense dispostos a pegar em armas em oposição ao governo Bernardes. Entre estas lideranças destacava-se a figura do capitão Luiz Carlos Prestes, um dos principais articuladores do movimento no estado e que sublevou o 1º Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo no dia 29 de outubro. Nesta mesma data, contando com a adesão de civis ligados a Aliança Libertadora¹¹, também se rebelaram as guarnições de São Luiz Gonzaga, São Borja e Uruguaiana, com tentativas fracassadas de sublevação em Alegrete, Cachoeira do Sul e Itaqui. No mês de novembro as tropas foram concentradas em São Luiz Gonzaga resistindo naquela cidade até o final de dezembro.

Nesse período, a liderança do capitão Luiz Carlos Prestes tornou-se evidente e o jovem oficial foi nomeado comandante das tropas rio-grandenses. Pressionados pelos efetivos do governo estadual, Prestes e seus comandados, aproximadamente 1,5 mil homens e cerca de 30 mulheres, decidiram empreender marcha em direção à região de Foz do Iguaçu onde se concentravam as tropas paulistas desde que abandonaram São Paulo. Formava-se a partir dali a Coluna Prestes. Após aproximadamente três meses de marcha, os revolucionários do Rio

¹¹ Grupo político liderado por Joaquim Francisco de Assis Brasil e que fazia oposição ao presidente do Estado do Rio Grande do Sul Borges de Medeiros. Assis Brasil fora derrotado nas eleições estaduais de 1922 pelo próprio Borges, eleito para um 5º mandato como presidente do Estado. Logo em seguida, em janeiro de 1923, teve início um movimento revolucionário liderado pelo grupo político de Assis Brasil que visava depor Borges de Medeiros do cargo. O conflito estendeu-se por todo o ano e somente em dezembro foi assinado o Pacto de Pedra Alta, que pôs fim ao conflito. Em 1924, os membros da Aliança Libertadora viram nos militares uma nova possibilidade de pegar em armas e concretizar a deposição de Borges de Medeiros, aderindo aos levantes de outubro daquele ano no estado (PRESTES, 1991).

Grande do Sul encontraram-se com os paulistas no Paraná. Através da liderança estratégica de Prestes decidiu-se manter o movimento iniciando um deslocamento pelo interior do país que pudesse reunir forças e mobilizar uma tentativa de deposição de Artur Bernardes.

Após mais de dois anos de marcha e inúmeros combates entre tropas rebeldes e governistas, os líderes da Coluna resolveram buscar novos caminhos para o movimento. O presidente do país já era Washington Luís quando em fevereiro de 1927 a Coluna entrou na Bolívia dando fim a uma marcha que percorreu mais de vinte mil quilômetros, passando de sul a norte por diversos estados brasileiros, chegando a adentrar territórios do Paraguai até a chegada em Santa Cruz de La Sierra. Sobre a situação que levou o efetivo a se refugiar na Bolívia, Luiz Carlos Prestes diz o seguinte: “Precisávamos estudar para compreender as causas de como em um país tão rico como o nosso, o povo pode viver em tão grande miséria. Foi por isso que pensamos: estava chegando o momento de terminarmos a luta [...]” (MEIHY; BIAZO, 2002, p. 66).

Depois da epopeia da Coluna, Prestes refugiou-se na Argentina e no Uruguai e em 1934 ingressou no Partido Comunista do Brasil (PCB), tornando-se, até sua morte em 1990, em uma das principais lideranças políticas brasileiras no século XX. Antes disso, em 1930, rompeu com os tenentes quando estes aderiram a Aliança Liberal que indicou o nome de Getúlio Vargas a presidência da República em 1930. Com o movimento que levou Vargas ao poder naquele ano alguns oficiais do tenentismo, como Juarez Távora, João Alberto Lins de Barros e Osvaldo Cordeiro de Farias, tiveram papel de destaque no governo, o que demonstra não apenas a importância que o tenentismo teve no final da Primeira República, seja nas ações rebeldes de 1922, 1924 e na marcha da Coluna Prestes, e principalmente, no movimento que levou Vargas ao poder.

4. Considerações finais.

Podemos verificar que desde a Proclamação da República no Brasil em 1889 o Exército passou a exercer um protagonismo institucional que foi determinante em diferentes períodos no decorrer do século XX, especialmente a partir da década de 1920, resultando no colapso de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder, além de 1964, com a implantação de um regime autoritário liderado por militares que ocuparam a presidência da República por 21 anos. Isso evidencia que a presença do militarismo nos destinos políticos do Brasil é uma marca registrada desde o século XIX, quando o país teve dois presidentes militares, os

marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, nenhum eleito; demonstrou amplitude no século XX com a eleição direta de Hermes da Fonseca e Eurico Gaspar Dutra; consolidou sua força de maneira autoritária com os cinco presidentes militares durante a ditadura entre 1964 e 1985; e agora, no século XXI, volta a aparecer com a eleição de 2018, quando o capitão da reserva Jair Bolsonaro foi eleito o décimo presidente militar do Brasil, sendo o terceiro escolhido pelo voto popular.

Com as reformas pelas quais o Exército passou nas duas primeiras décadas do século XX, surgiram novas concepções sobre qual deveria ser o modelo de formação dos oficiais, se mantendo uma mentalidade voltada para a perspectiva do soldado cidadão, influenciada pela doutrina positivista e pelo bacharelismo do século XIX, ou adotando uma nova postura, direcionado o ensino e a atuação militar para uma formação mais prática, técnica e menos engajada do ponto de vista político e social. Com a criação da Escola Militar do Realengo em 1913, estas duas perspectivas pareciam indicar o caminho para o modelo de formação dos oficiais e do Estado Maior do Exército. Aos poucos, os militares foram se constituindo e se reconhecendo como um grupo que, apesar de não ser coeso e homogêneo, entendia que deveria ter uma participação mais ativa nos processos que decidiam os destinos políticos do país, mesmo com as diferentes interpretações sobre qual seria seu papel institucional.

As décadas de 1910 e 1920 provocaram transformações no Brasil, especialmente nos grandes centros urbanos do país, como São Paulo e Rio de Janeiro, que vivenciavam um incipiente processo de industrialização com o surgimento de novos atores sociais, como as camadas médias urbanas e a classe operária. Essas mudanças passaram a expor as contradições do sistema republicano, especialmente no que se refere à organização do regime e o modo como era conduzido do ponto de vista político, baseado no poder das oligarquias rurais em um sistema que os perpetuava no poder através da política dos governadores e do coronelismo, avalista de um mecanismo com eleições fraudulentas.

Nas diferentes interpretações que a historiografia produziu acerca do tenentismo se discutiu qual teria sido a motivação da baixa oficialidade para empreender movimentos rebeldes em oposição ao governo federal a partir de 1922, se sua origem social nas camadas médias urbanas ou se sua posição no aparato institucional do Estado como membros das Forças Armadas. Nesse contexto, entendemos que o movimento tenentista é a conjugação de uma série de fatores, devendo ser levado em consideração o protagonismo reivindicado e exercido pelos militares ao longo da República, não apenas do ponto de vista político, mas nas próprias condições de formação educacional e infraestrutura das Forças Armadas; as

transformações econômicas e sociais ao longo da década de 1910, com o surgimento de novos atores sociais; além da cisão no próprio corpo institucional do Exército, com o alto comando se posicionando ao lado dos presidentes Epitácio Pessoa e Artur Bernardes, enquanto a baixa oficialidade representada nos “tenentes” vai se insurgir contra o regime.

A revolta no Forte de Copacabana em 5 de julho de 1922 marca o início das ações rebeldes do movimento tenentista. E por mais que aqueles militares que se insurgiram contra o governo Epitácio Pessoa e a eleição de Artur Bernardes não tivessem ainda um programa bem definido ou um projeto acerca das mudanças que queriam para o país, agindo muito mais por uma ação de desgravo em relação à maneira desrespeitosa que acreditavam que eram tratados pela elite civil que comandava a nação, especialmente a partir do episódio das cartas falsas, naquele momento os jovens tenentes, capitães e outros oficiais davam o primeiro passo em direção a uma crise política que duraria praticamente toda a década de 1920 e resultaria no colapso do regime republicano em 1930.

A continuidade do movimento tenentista nas insurreições de 1924 em São Paulo e no Rio Grande do Sul, e principalmente com a marcha da Coluna Prestes pelo país, a presidência da República passou a enfrentar não apenas uma oposição explícita e sistêmica, mas uma revolta com o objetivo de destituir o presidente, definindo ideias mais claras acerca da moralização do sistema político que reivindicavam. Na marcha, as lideranças do movimento viram um Brasil gigante, agrário, latifundiário e dominado por um sistema de coronelismo que estruturava a própria república. Com o fim da Coluna, o próprio Luiz Carlos Prestes, que iria se tornar em um dos principais líderes políticos da esquerda brasileira, decidiu romper com seus companheiros militares quando estes aderiram ao projeto da Aliança Liberal que indicou Getúlio Vargas a presidência da República nas eleições de 1930. Prestes foi encontrar na teoria marxista e na possibilidade de uma revolução socialista os caminhos que acreditava seriam os melhores para conduzir o Brasil a um sistema que fosse capaz de dar conta da condição precária em que vivia a população do interior do país.

Por outro lado, Juarez Távora, João Alberto Lins de Barros, Osvaldo Cordeiro de Farias, Miguel Costa e posteriormente também Siqueira Campos deram o apoio dos “tenentes” a Getúlio Vargas, sendo fundamentais no movimento que o levou ao poder e chegando a ocupar cargos importantes na formação do novo governo. Távora chegou a ser candidato à presidência da República nas eleições de 1955, evidenciando a força e a influência que o tenentismo teve a partir dos anos 1920.

5. Referências.

ARAGÃO, Isabel. **Da caserna ao cárcere: uma identidade militar-rebelde construída nas prisões (1922-1930)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

BASTOS, Abguar. **Prestes e a revolução social: fatos políticos, condições sociais e causas econômicas de uma fase revolucionária do Brasil**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.

BEIGUELMAN, Paula. **Pequenos estudos em ciência política**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1973.

BINDÉ, Wilmar Campos. **Santo Ângelo: terra de muitas histórias**. Santo Ângelo: Multicor, 2006.

BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CARONE, Edgar. **O Tenentismo: acontecimentos – personagens – programas**. São Paulo: Difel, 1975.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi**. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

_____. **Forças armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CASTRO, Celso. **Exército e nação: estudos sobre a história do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2012.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CORRÊA, Anna Maria Martinez. **A rebelião de 1924 em São Paulo**. São Paulo: HUCITEC, 1976.

DRUMMOND, José Augusto. **O movimento tenentista: a intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935)**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

_____. **História do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da primeira república**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GRUNENVALDT, José Tarcísio. **A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)**. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em História da Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

JAGUARIBE, Hélio. **Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político:** uma abordagem teórica e um estudo do caso brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1972.

MARCUSSO, Marcos Fernandes. **Profissionais ou rebeldes?:** a formação do oficial do Exército brasileiro na Primeira República (1889-1929). Curitiba: Editora Prismas, 2015.

McCANN, Franck. **A nação armada:** ensaios sobre a história do Exército brasileiro. Tradução de Sílvio Rolim. Recife: Editora Guararapes, 1982.

_____. **Soldados da pátria:** história do exército brasileiro (1889-1937). Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; BIAZO, Glauber Cícero Ferreira. **O retorno de Luiz Carlos Prestes a Santo Ângelo.** Santo Ângelo: Ediuri, 2002.

MORAES, José Quartim de. **A esquerda militar no Brasil:** da conspiração republicana a guerrilha dos tenentes. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Política e trabalho no Brasil:** dos anos vinte a 1930. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

PRESTES, Anita Leocádia. **A Coluna Prestes.** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. **Os militares e a reação republicana:** as origens do tenentismo. Petrópolis, 1993.

_____. **Uma epopéia brasileira:** a coluna Prestes. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1995.

_____. **A Coluna Prestes.** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

REIS, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes:** um revolucionário entre dois mundos. São Paulo: Companhia das letras, 2014.

RODRIGUES, Fernando. **Indesejáveis:** instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do Exército Brasileiro (1905-1946). Jundiaí: Paco, 2010.

SAES, Décio. **Classe média e política na primeira república brasileira (1889-1930).** Petrópolis: Vozes, 1975.

SANTAROSA, Virgínio. **O sentido do tenentismo.** Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1933.

SCHWARCZ, Lilia. Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil:** uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Hélio. **1922:** sangue na areia de copacabana. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1964.

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **História da república brasileira:** nasce a república (1888-1894). São Paulo: Editora Três, 1975.

SODRÉ, Nelson Werneck. **O Tenentismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

TÁVORA, Juarez. **Juarez Távora: uma vida e muitas lutas**. Vol. 1. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 1935: sonho e realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Recebido em 26 de outubro de 2019

Aprovado em 23 de Março de 2020